

Tentativa de Reversão

A singular sinfonia conduzida pelo Planalto produziu na noite de quarta-feira uma espécie de fuga rápida, depois do tom sombrio do episódio da mudança na lei salarial. Restaurar a lógica em algum ponto da jornada brasileira rumo à moratória ou ao cumprimento dos acordos com o FMI parece ter sido a missão confiada ao Presidente do Banco Central. E o Sr Carlos Langoni saiu-se muito bem. Se a distância que tem separado as intenções manifestadas pela cúpula econômica do Governo e a realidade política dos conluios espúrios tramados nos bastidores for superada por medidas concretas, talvez possamos esperar um retorno à razão nos próximos dias, ainda quando severamente prejudicados por inevitáveis aumentos de custos nas folhas de pagamento das empresas.

O que disse o Sr Langoni, em resumo? Em primeiro lugar, reconheceu o que tem-se repetido nestas páginas tantas vezes: são necessárias mudanças urgentes e uma das soluções inadiáveis está na restauração do crescimento do setor privado, em um quadro de preços estáveis. Disse que é preciso quebrar a expectativa inflacionária, criando condições objetivas para reduzir as taxas de juros reais que dificultam uma retomada ordenada das atividades econômicas. Concordou com a tese mais de uma vez repetida de que a reabilitação do setor privado pode ser feita por simples substituição do que hoje é gasto para financiar a "ineficiência do setor público". Confessou que do Cr\$ 1,9 trilhão de expansão monetária no primeiro semestre deste ano, Cr\$ 1,3 trilhão foi utilizado diretamente para financiar o déficit público. Uma "situação insustentável", em resumo.

O que o Governo está propondo agora é reduzir o déficit pelo lado que menos afete os investimentos, isto é, cortando subsídios diretos e indiretos. Há muito tempo estas medidas vêm sendo pedidas pelo setor privado, enquanto o Governo

vacilava, seja por motivos políticos, seja por falta de coerência dentro de sua própria estrutura decisória. Levar adiante um programa que custará, que será doloroso e penoso é algo que não se consegue quando coexistem ilhas de poder autônomo ou quando se configura um condomínio de empresas públicas e ministérios inflacionários, todos lutando por salvar privilégios e mordomias.

O realismo dos custos cedo ou tarde teria de ser imposto na economia brasileira, e é bom que isto se faça o quanto antes, sob pena de esgotarmos as últimas chances para cumprir acordos internacionais, restaurando a credibilidade no país.

Tem-se dito que a suspensão de alguns subsídios irá colocar os produtores brasileiros, sobretudo na área agrícola, em desvantagem comparada com os produtores no exterior. Que todos os países subsidiam sua agricultura — a começar pelos Estados Unidos — não resta dúvida. Mas uma coisa é estabelecer programas de longo prazo dentro de parâmetros aceitáveis e outra inflacionar todo o sistema abandonando parâmetros razoáveis de aumento na produtividade.

Um dos sinais benéficos que tem-se notado no interior como o simples anúncio da retirada de subsídios é a redução nos preços da terra, seja para venda, seja para arrendamento, o que irá se refletir nos custos finais da tonelada de grãos ou quaisquer outros alimentos. É essa reversão de expectativas que precisamos continuar a estimular.

Resta agora saber se as proposições coerentes do Sr. Carlos Langoni terão curso sob a forma de medidas concretas, ou se terá ele tentado apenas estabelecer mais uma ponte, curta demais para atravessar o vão que vai do lado da coerência econômica até o outro lado de um precipício, em meio ao qual corre o carnaval das concessões e ambições palacianas.